



## RELEVÂNCIA DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR À SOCIEDADE

### **Silvano França\***

Especialização em Finanças Empresariais, pelo Centro Universitário FECAP, Brasil  
Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas, Brasil  
franca.sf.66@gmail.com

### **Silvia Regina Guberovic**

Especialização em Gestão Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas, Brasil  
Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas, Brasil  
sguberovic@hotmail.com

### **Fernando de Almeida Santos**

Doutor em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil  
Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas, Brasil  
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil  
fernando.santos@fmu.br

### **Alessandro Marco Rosini**

Pós-Doutor em Administração pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil  
Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas, Brasil  
alessandro.rosini@fmu.br

### **Resumo**

O estudo se propôs a analisar a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) das quatro instituições de ensino superior que compõem o setor de Educação da BM&FBOVESPA pertencentes ao Novo Mercado nos anos de 2013 e 2014 verificando a relação desses resultados com as práticas dos princípios básicos da Governança Corporativa: transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade corporativa. O setor de Educação foi escolhido, por passar por processo de grandes transformações e investimentos nos últimos anos. O objetivo do estudo foi analisar as proporções e variações da riqueza gerada pelas instituições de ensino e sua distribuição entre os elementos que contribuíram para sua geração: pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios. Como metodologia, foi realizada pesquisa documental cujos dados foram colhidos de fontes primárias, suportadas por pesquisa bibliográfica. O site da BMF&BOVESPA foi utilizado como fonte secundária para obtenção dos dados da DVA, notas explicativas e relatórios da administração. Foi realizado estudo comparativo geral das contas por instituição de ensino e análise de cada grupo de contas. Os dados apresentados evidenciaram as variações positivas na distribuição da DVA no período. A DVA é considerada um indicador de riqueza para evidenciar o quanto as instituições retornam à sociedade.

**Palavras chave:** Sustentabilidade; Demonstração do Valor Adicionado; Instituições de Ensino; Contabilidade; Recursos Humanos; Prestação de contas.

## ACCOUNTABILITY OF THE RELEVANCE OF INSTITUTIONS OF HIGHER EDUCATION TO SOCIETY

### Abstract

The study set out to examine the Statement of Value Added (DVA) of the four higher education institutions that compose the BM & FBOvespa Education sector belonging to the New Market in the years 2013 and 2014 by checking the relationship of these results with the practices of the basic principles of Corporate governance: transparency, fairness, accountability and corporate responsibility. The education sector was chosen to go through process of great change and investment in recent years. The aim of the study was to analyze the proportions and the variations generated by educational institutions and its distribution among the elements that contributed to its generation: salaries, taxes and contributions, capital remuneration and compensation equity. The methodology survey was conducted documentary whose data were collected from primary sources, supported by literature. The site of the BMF & Bovespa was used as a secondary source to obtain the data of the DVA, notes and management reports. It was held general comparative study of the accounts by educational institution and analysis of each account group. The data presented showed positive variations in the distribution of DVA in the period. The DVA is considered a indicator of wealth to show how the institutions return to society.

**Keywords:** Sustainability; Statement of Value Added; Education Institutions; Accounting; Human Resources; Accountability.

## PERTINENCIA DE LA RENDICIÓN DE CUENTAS DE LAS INSTITUCIONES DE EDUCACIÓN SUPERIOR A LA SOCIEDAD

### Resumen

La propuesta del estudio fue analizar la Declaración de Valor Añadido (DVA) de los cuatro centros de educación superior que componen el sector de educación de la BM&FBOVESPA perteneciente al nuevo mercado en los años 2013 y 2014 por el control de la relación de estos resultados con las prácticas de los principios básicos de la gobernanza corporativa: transparencia, equidad, rendición de cuentas y la responsabilidad corporativa. El sector de la educación fue elegido por pasar por el proceso de grandes cambios e inversiones en los últimos años. El objetivo del estudio fue analizar las proporciones y las variaciones generadas por las instituciones educativas y su distribución entre los elementos que contribuyeron a su generación: personal, impuestos y tarifas, remuneración del capital de terceros y remuneración del capital propio. La encuesta se llevó a cabo con una investigación documental cuyos datos fueron recolectados a partir de fuentes primarias, apoyados por la literatura. El sitio de la BMF&BOVESPA fue utilizado como una fuente secundaria para obtener datos de los DVA, notas e informes de gestión. Se llevó a cabo un estudio comparativo general de las cuentas por institución de educación y el análisis de cada grupo de cuentas. Los datos presentados mostraron variaciones positivas en la distribución de DVA en el período. El DVA se considera un indicador de riqueza para mostrar cómo las instituciones vuelven a la sociedad.

**Palabras clave:** Sostenibilidad. Declaración de Valor Añadido; Instituciones de educación; Contabilidad; Recursos Humanos; Rendición de Cuentas.

## 1 INTRODUÇÃO

O conceito de sustentabilidade, criado por Elkington na década de 1990, considera três perspectivas para avaliar a sustentabilidade, aplicado às organizações – econômica, social e ambiental (triple bottom line). A perspectiva econômica diz respeito aos resultados positivos das organizações, ou seja, empresas que sejam viáveis economicamente. A perspectiva social se dá na preocupação com o capital humano da empresa e da sociedade, e nos impactos à comunidade decorrentes das ações das organizações. A perspectiva ambiental refere-se às operações das organizações com respeito ao meio ambiente, no entorno em que estão inseridas (Elkington, 1994). Este conceito pode permitir que os resultados de uma organização, a partir combinação dessas perspectivas, sejam medidos em termos sociais, ambientais e econômicos.

O objetivo da contabilidade é medir e comunicar o conjunto de acontecimentos econômicos relacionados aos resultados das empresas. Sua relevância pode ser considerada na medida em que altera o estado da arte do conhecimento de seu usuário, a partir do momento que a utiliza na análise e solução de problemas.

Iudicibus *et al.* (2010) afirmaram que

a contabilidade, na qualidade de ciência social aplicada, possui metodologia especialmente concebida para captar, registrar, acumular, resumir e interpretar os fenômenos que afetam as situações patrimoniais, financeiras e econômicas de qualquer ente, seja pessoa física, entidades não lucrativas, empresas, inclusive aquelas de Direito Público, como Estados, Municípios, União e Autarquias.

Souza e Coutinho Filho (2007), citando Madeira (2004), relataram que

“essas normas objetivam internacionalizar as informações contábeis, proporcionando maior comparabilidade e confiabilidade, oferecendo maior precisão na análise das demonstrações das instituições nacionais com suas matrizes no exterior. A adoção de tais práticas justifica-se por ser uma linguagem única para medir e relatar o desempenho das empresas, pois mensurações realizadas com normas não harmônicas provocam insegurança no mercado, o que pode até mesmo retirar de um país emergente a possibilidade de atrair recursos”. (p. 82)

Considerando a importância da internacionalização das normas contábeis, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC), através da Resolução CFC nº 1.055/2005, decidiu criar o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), constituído por entidades como ABRASCA – Associação Brasileira das Companhias Abertas –, BM&FBOVESPA – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros –, CFC – Conselho Federal de Contabilidade – FIPECAFI – Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras – entre outras, com o objetivo de estudar, pesquisar, discutir, preparar e emitir Pronunciamentos Técnicos sobre os procedimentos de Contabilidade e divulgar as informações dessa natureza, permitindo assim a emissão de normas pela entidade reguladora

brasileira (CFC), visando à centralização e uniformização do seu processo de produção, levando sempre em conta a convergência da Contabilidade Brasileira aos padrões internacionais.

Segundo Iudícibus *et al.* (2010) as mudanças mais relevantes que decorrem do processo de internacionalização dos padrões contábeis são as seguintes: primazia da essência sobre a forma; normas contábeis orientadas por princípios e necessidade do exercício do julgamento por parte dos profissionais de contabilidade.

Conforme Macedo e Machado (2013)

prevalendo a essência em relação à forma, havendo algum instrumento formal que precise ser contabilizado, deve-se averiguar se suas características formais, mesmo que apoiado em lei representam adequadamente a essência econômica do fato a ser registrado. Nesses casos, cabe ao profissional conhecer a operação a ser contabilizada, ter cautela, ponderação e bom senso.

Com base nestes preceitos, este estudo se propõe a analisar o DVA (Demonstração do Valor Adicionado) de quatro instituições de ensino superior listadas na BM&FBOVESPA, nos períodos de 2013 e 2014, para destacar sua relevância para a Governança Corporativa, avaliando a proporção e variação dos valores distribuídos entre Pessoal, Impostos, taxas e contribuições, Remuneração de capitais de terceiros e Remuneração de capitais próprios. Inferir a relação desses resultados com as práticas dos princípios básicos de Governança Corporativa: Transparência, Equidade, Prestação de contas (*accountability*) e Responsabilidade Corporativa.

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é parte integrante do Balanço Social e ainda que o Balanço Social não se tornou obrigatório, com a publicação da Lei nº 11.638, de 2007, a DVA passou a ser obrigatória para as companhias abertas, sendo que ela é normatizada pela NBC TG-09 (Norma Brasileira de Contabilidade – Técnica Geral).

Conforme a NBC T G-09, a DVA:

- É fundamentada em conceitos macroeconômicos.
- Busca apresentar, a parcela de contribuição que a entidade tem na formação do Produto Interno Bruto (PIB) do país onde essas operações estiverem sendo realizadas e eliminados os valores que representam dupla-contagem.

A elaboração e análise da DVA é fundamental para compreensão da sustentabilidade econômica da sociedade e para compreensão de como a empresa está inserida neste contexto social.

A problematização da pesquisa, portanto, foi: Qual o desempenho das instituições de ensino superior de capital aberto, em relação à distribuição econômica para a sociedade, considerando a geração e distribuição equitativa de seus resultados?

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico desta pesquisa tem o objetivo de demonstrar o entendimento acerca das principais normas contábeis aplicáveis às empresas que apuram seus resultados com base no lucro real, consideradas de grande porte e de capital aberto, ou seja, possuem ações em bolsa de valores. A abordagem inicia-se então com um resumo das alterações ocorridas na Lei nº 6.404 (Lei das Sociedades por Ações) por conta da promulgação da Lei nº 11.638/07, passando por uma breve contextualização da importância das demonstrações contábeis, destacando-se a DVA (Demonstração do Valor Adicionado), objeto da pesquisa.

O tópico que trata da Governança Corporativa tem o propósito de permitir a correlação entre a distribuição de riqueza, demonstrada na DVA com os princípios básicos de GC.

### 2.1. Importância das Demonstrações Contábeis e Financeiras

Assaf Neto e Lima (2010) relataram que:

as Demonstrações Contábeis (ou financeiras) equivalem a um conjunto de informações apuradas e divulgadas pelas empresas, revelando os vários resultados de seu desempenho em um exercício social. Através das demonstrações, é possível obter conclusões sobre a efetiva situação da empresa. As sociedades por ações são obrigadas a elaborar e publicar as seguintes demonstrações financeiras: a) Balanço Patrimonial (BP); b) Demonstração de Resultados do Exercício (DRE); c) Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados (DLPA); d) Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL); e) Demonstrações de Fluxo de Caixa (DFC); f) Demonstrações do Valor Adicionado (DVA). (p. 88)

Além dessas demonstrações, existe a complementação obrigatória por meio de Notas Explicativas e, se for o caso, de outros quadros analíticos ou demonstrações contábeis necessários para esclarecimento da situação patrimonial e dos resultados do exercício. A legislação não fala em valores do exercício passado corrigidos, por isso, praticamente, a totalidade das empresas publica os valores do exercício anterior pelos valores apresentados naquela época.

### 2.2. Demonstração do Valor Adicionado – DVA

A DVA tem o propósito de demonstrar a riqueza gerada por uma empresa e sua distribuição entre os elementos que contribuíram para sua geração. Ela é elaborada a partir de dados já disponíveis na contabilidade, normalmente extraídas da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE). Todavia, DVA e DRE não apresentam objetivos semelhantes, mas sim complementares, haja vista que o DRE tem por princípio enfatizar o lucro líquido e este, na DVA, corresponde à parcela do valor adicionado que é destinada aos detentores do capital (acionistas).

Macedo, Machado e Machado (2015) comentaram que

a DVA tornou-se conhecida no final dos anos 70 em vários países europeus, alcançando a popularidade no Reino Unido, com a publicação do *Corporate Report*, em 1975, pelo *Accounting Standards Steering Committee*. Tal publicação recomendava, entre outras coisas, que fosse elaborada uma demonstração evidenciando como os esforços da empresa eram compartilhados entre empregados, fornecedores de capital, governos e investidores.

De acordo com o item 10 do Pronunciamento Técnico do CPC nº 09/2008

a DVA está fundamentada em conceitos macroeconômicos, buscando apresentar, eliminados os valores que representam dupla-contagem, a parcela de contribuição que a entidade tem na formação do Produto Interno Bruto (PIB). Essa demonstração apresenta o quanto a entidade agrega de valor aos insumos adquiridos de terceiros e que são vendidos ou consumidos durante determinado período.

A DVA representa um avanço para a própria ciência contábil, especialmente porque os indicadores e informações de natureza social que ela oferece atingem um universo maior de usuários ao evidenciar a riqueza gerada pela empresa e a forma como essa riqueza foi distribuída entre os empregados na forma de salários e benefícios; acionistas, como remuneração do capital investido em forma de juros e dividendos; financiadores, através do pagamento de juros e do custo dos insumos adquiridos de fornecedores; e a sociedade, por meio do recolhimento dos tributos aos governos, conforme Tabela 1.

### Tabela 1.

#### Conteúdo da DVA

Demonstração do Valor Adicionado (Empresas em geral)	R\$ (mil)	R\$ (mil)
Descrição	20x2	20x1
1. RECEITAS		
1.1 Vendas de Mercadorias, produtos e serviços		
1.2 Outras receitas		
1.3 Provisão para crédito de liquidação duvidosa		
2. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		
2.1 Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos		
2.2 Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		
2.3 Perda/Recuperação de valores ativos		
2.4 Outras (especificar)		
3. VALOR ADICIONADO BRUTO (1 - 2)		
4. DEPRECIÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO		
5. VALOR ADICIONADO LÍQ. PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3 - 4)		
6. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
6.1 Resultado de equivalência patrimonial		
6.2 Receitas financeiras		
6.3 Outras		
7. VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5 + 6)		
8. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
8.1 Pessoal		
8.1.1 Remuneração Direta		

8.1.2 Benefícios
8.1.3 FGTS
8.2 Impostos, taxas e contribuições
8.2.1 Federais
8.2.2 Estaduais
8.2.3 Municipais
8.3 Remuneração de capitais de terceiros
8.3.1 Juros
8.3.2 Aluguéis
8.3.3 Outras
8.4 Remuneração de Capitais Próprios
8.4.1 Juros sobre o Capital Próprio
8.4.2 Dividendos
8.4.3 Lucros retidos/ Prejuízo do exercício
8.4.4. Participação dos não controladores nos lucros retidos

Fonte: Contabilidade Avançada, páginas 231 e 232.

Obs.: O valor total do item 8 deve ser exatamente igual ao item 7 (CPC 09)

### 2.3. Notas Explicativas

Conforme previsto na Lei 11.638/2007, “as demonstrações contábeis serão complementadas pelas notas explicativas e outros quadros analíticos necessários para esclarecimento da situação patrimonial da empresa e dos resultados de um determinado exercício”.

Ainda segundo a mesma lei, as notas explicativas devem conter: i) informações sobre a base de preparação das demonstrações financeiras e das práticas contábeis específicas selecionadas e aplicadas para negócios e eventos significativos; ii) as informações exigidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil que não estejam apresentadas em nenhuma outra parte das demonstrações financeiras; iii) informações adicionais não indicadas nas próprias demonstrações financeiras e consideradas necessárias para uma apresentação adequada. Além destas informações, as notas explicativas, para atender o previsto na lei, devem indicar: a) os principais critérios de avaliação dos elementos patrimoniais, em especial: estoques, cálculos de depreciação, amortização e exaustão, de constituição de provisões para encargos ou riscos, e dos ajustes para atender prováveis perdas na realização de elementos do ativo; b) os investimentos em outras sociedades, quando relevantes; c) o aumento de valor de elementos do ativo resultante de novas avaliações; d) os ônus reais constituídos sobre elementos do ativo, as garantias prestadas a terceiros e outras responsabilidades eventuais ou contingentes; e) taxa de juros, datas de vencimentos e as garantias das obrigações a longo prazo; f) o número, espécies e classes das ações do capital social; g) as opções de compra de ações outorgadas e exercidas no exercício; h) os ajustes de exercícios anteriores; e i) os eventos subsequentes à data de encerramento do exercício que tenham, ou possam vir a ter, efeito relevante sobre a situação financeira e os resultados futuros da companhia.

## 2.4. Análise das Demonstrações Financeiras

De acordo com Assaf Neto e Lima (2010),

a análise das demonstrações financeiras constitui um dos estudos mais importantes tanto para os administradores internos da empresa quanto para os diversos *stakeholders*. Para o administrador interno, a análise visa basicamente a uma avaliação de seu desempenho geral, como forma de identificar os resultados retrospectivos e prospectivos das decisões financeiras tomadas.

Para os *stakeholders*, a análise das demonstrações contábeis apresenta objetivos mais específicos em relação à avaliação do desempenho da empresa, que podem variar segundo sua posição de credor – liquidez e capacidade de pagamento – ou de investidor – retorno do investimento e criação de valor.

Uma das técnicas de análise comumente usada é a de índices, contudo, um simples índice, isolado de outros complementares ou que ilustrem a causa de seu comportamento, não fornece elementos suficientes para uma conclusão mais definitiva, ou seja, um índice isolado dificilmente contribui com informações relevantes para o analista. Vale destacar também que, mesmo que se tenha mensurado um conjunto de índices complementares, é necessário efetuar uma comparação temporal e setorial.

A comparação temporal implica conhecer a evolução dos indicadores nos últimos anos, normalmente de três a cinco anos, como forma de se avaliar dinamicamente o desempenho da empresa.

Neste estudo aplicamos a técnica da Análise Horizontal, que permite a avaliação da evolução de vários itens de cada demonstração financeira em intervalos sequenciais de tempo, especificamente no D.V.A. período compreendido entre 2013 e 2014.

## 2.5. Governança Corporativa

Considerando-se o previsto no Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa (2009) do IBGC (Instituto Brasileiro de Governança Corporativa), em que se define como o sistema pelo qual as organizações são dirigidas, monitoradas e incentivadas, envolvendo os relacionamentos entre proprietários, Conselho de Administração, Diretoria e órgãos de controle, além dos demais *stakeholders*. Os princípios de GC são convertidos em recomendações com o objetivo de alinhar interesses com a finalidade de preservação e otimização do valor da organização, facilitando assim seu acesso a recursos e contribuindo para sua conservação ao longo do tempo.

Quatro são os princípios básicos de GC: Transparência, Equidade, Prestação de Contas (*accountability*) e Responsabilidade Corporativa, é possível inferir que todos estão, de alguma forma,

relacionados com as práticas contábeis e principalmente com as demonstrações contábeis, conforme se observou no capítulo anterior.

O princípio da Transparência trata da obrigação de disponibilizar todas as informações que sejam do interesse das partes envolvidas, e não só àquelas impostas por leis ou regulamentos. Espera-se que o uso da transparência resulte num clima de confiança tanto interno quanto externo, não devendo restringir-se ao desempenho econômico-financeiro, mas sim a todos os demais fatores que direcionam as ações gerenciais e conduzem à criação de valor, inclusive os intangíveis.

O princípio da Equidade, por sua vez, prevê um tratamento justo a todos os sócios e demais *stakeholders*, rechaçando todas e quaisquer políticas ou atitudes discriminatórias.

Prestar contas de suas atuações e assumir integralmente as consequências de seus atos e omissões é o que se espera dos agentes de governança, segundo o princípio da Prestação de Contas (*accountability*).

Por último, mas não menos importante, o princípio da Responsabilidade Corporativa defende que os agentes de governança devem zelar pela sustentabilidade das organizações, visando à sua perpetuidade, incorporando aos negócios e operações considerações de ordem social e ambiental. Nesse quesito a DVA vem corroborar o nível de responsabilidade corporativa apresentado pela empresa, através das informações acerca da origem, custos e destinação da riqueza gerada, e de que forma esta foi distribuída entre os agentes envolvidos.

### 3 METODOLOGIA

A metodologia aplicada no presente estudo, segundo Marconi e Lacatos (2008),

pode ser classificada como descritiva, já que tem o propósito de descrever e investigar um grupo específico de instituições de ensino superior com ações negociadas na BM&FBOVESPA. Trata-se, portanto de pesquisa comparativa histórica, cujos dados foram colhidos de fontes primárias contemporâneas, que são suportadas por pesquisa bibliográfica em materiais como livros, artigos, teses, dissertações e bancos de dados disponibilizados em *sites* eletrônicos.

Os dados empíricos foram obtidos a partir de pesquisa realizada no site da BM&FBOVESPA, fonte secundária, portanto. Serão utilizados dados pertinentes aos demonstrativos financeiros, DVA especificamente, notas explicativas e relatórios da administração, todos de domínio público, caracterizando assim a pesquisa documental.

Para a realização do presente estudo, os dados quantitativos e qualitativos foram extraídos da população de instituições de ensino superior que compõe o setor de educação da BM&FBOVESPA, que divulgaram a DVA no período 2013 e 2014, totalizando uma população de quatro instituições de

ensino superior, todas de controle acionário privado e pertencentes ao segmento Novo Mercado, representado na Tabela 2.

### **Tabela 2.**

Instituições de Ensino – pesquisadas.

<b>Razão Social</b>	<b>Nome no pregão</b>	<b>Tipo controle/segmento</b>
<b>Estácio Participações S/A</b>	ESTACIO PART	Privado/NM
<b>Gaec Educação S/A</b>	ANIMA	Privado/NM
<b>Kroton Educacional S/A</b>	KROTON	Privado/NM
<b>Ser Educacional S/A</b>	SER EDUCA	Privado/NM

Fonte: BM&FBOVESPA (2015)

Após a identificação das instituições, procedeu-se o levantamento dos dados, estes foram tabulados em planilhas do MS-Excel. A partir daí foi possível analisar e evidenciar os comportamentos sobre a composição e distribuição do Valor Adicionado, da população objeto da pesquisa. Para complementar e dar maior profundidade às análises foram levantadas as informações constantes dos Relatórios de Administração e nas Notas Explicativas, disponíveis no site da BM&FBOVESPA.

Na sequência das análises, os dados foram segmentados por “grupos” (Pessoal, Impostos, taxas e contribuições, Remunerações de capitais de terceiros e Remuneração de Capitais próprios), estes, por sua vez, foram detalhados pelas contas que os compõe. Objetivando identificar como as instituições do segmento serviços educacionais da BM&FBOVESPA distribuem o Valor Adicionado entre os grupos citados acima, foi estabelecido como parâmetro, base 100%, o item 7 do DVA (Valor Adicionado Total a Distribuir). Assim, estabeleceu-se um comparativo entre os períodos analisados.

## **4 ANÁLISE DA DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO DO SEGMENTO SERVIÇOS EDUCACIONAIS DA BM&FBOVESPA**

Para iniciar, foi feita uma caracterização das instituições de ensino superior, nos últimos vinte anos registrou-se um crescimento de 314% no número de alunos matriculados no ensino superior. No começo dos anos noventa, registravam-se 1.540.080 estudantes matriculados no ensino superior, final do ano 2000 eram 2.694.245 estudantes e em 2011 esse número passa para 6.379.299 alunos matriculados. O mercado produtivo passa por fortes transformações ao longo do tempo, muito impulsionado pelas tecnologias de informação e comunicação (TICs).

Com o intuito de atender às novas demandas do mercado, foram desenvolvidos estudos para definir metas e ações para qualificação dos cidadãos expandindo a oferta de cursos para os níveis básico e superior.

De acordo com Tanegutti (2012), “as políticas públicas existentes de acesso ao ensino superior desde o final dos anos de 1990, no Brasil, e os seus principais desdobramentos para inclusão profissional atendida está focada no mundo do trabalho”. (p. 3)

A partir das (LDB) várias diretrizes foram lançadas para incentivar investimentos do setor privado em educação superior no Brasil, possibilitando se constituírem com fins lucrativos. Houve aumento no número de instituições de ensino superior, partindo de 922 em 1996 para 2.416 instituições em 2012, dados do Censo de 2012. Em 2007 quatro IES abrem seu capital e passam a atuar na bolsa de valores.

Para demonstrar a distribuição do Valor Adicionado pelos segmentos Pessoal, Governos, Remuneração de Capitais de Terceiros e Remuneração de Capitais próprios, apresenta-se a tabela 3.

**Tabela 3.**

Distribuição do Valor Adicionado por segmento

Instituição	Estácio		GAEC		KROTON		SER	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
<b>Períodos (R\$ mil)</b>								
<b>7. Valor Adicionado Total a Distribuir</b>	1.981.982	1.387.257	588.753	373.148	2.922.590	1.475.211	622.141	383.159
<b>8. Distribuição do Valor Adicionado</b>	1.981.982	1.387.257	588.753	373.148	2.922.590	1.475.211	622.141	383.159
<b>8.1 Pessoal</b>	997.503	725.069	297.460	225.863	1.190.663	642.581	261.029	170.355
<b>8.2 Impostos, Taxas e Contribuições</b>	294.044	233.017	60.905	50.297	350.776	206.273	56.474	30.480
<b>8.3 Remunerações de Capitais de Terceiros</b>	264.790	184.464	71.294	62.968	380.551	109.786	90.774	66.027
<b>8.4 Remunerações de Capitais Próprios</b>	425.645	244.707	159.094	34.020	1.000.600	516.571	213.864	116.297

Fonte: Dados obtidos no site da BM&FBOVESPA – demonstrações contábeis

Os dados apresentados evidenciam as variações na Distribuição do Valor Adicionado no período de 2013 e 2014, entre as contas: pessoal, governos, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capital próprio.

O valor adicionado total a distribuir (VATD), apresentou uma variação positiva de 69% no período avaliado – 2013 x 2014 – destacando-se a Kroton Educacional com uma variação positiva de 98% no mesmo período.

O segmento pessoal registrou um aumento de 55,7%, sendo o terceiro que mais recebeu recursos, porém, em relação ao total do DVA teve uma participação de 45% em 2014 ante uma

participação de 48,7% em 2013, ou seja, uma redução de 3,7%. O segmento governo registrou um aumento de 46,6% entre os períodos e uma perda em relação ao total de recursos passando de 14,3% em 2013 para 12,5% em 2014. A remuneração de capitais de terceiros, por sua vez, obteve um aumento de 90,8% na distribuição de recursos e também aumentou sua participação em relação ao total de recursos distribuídos, saltando de 11,7% em 2013 para 13,2% em 2014.

O segmento que registrou o maior aumento na distribuição de riqueza foi a remuneração de capital próprio, a variação registrada foi de 97,4% no período e uma participação em relação ao total do DVA que saltou de 25,2% em 2013 para 29,4% em 2014.

A tabela 4, demonstra a composição do segmento pessoal e quanto cada uma das contas participaram em relação ao total da remuneração, bem como o valor que cada uma das instituições avaliadas direcionou para este segmento.

**Tabela 4.**

Distribuição do valor agregado do segmento Pessoal

Instituição	Estácio		GAEC		KROTON		SER	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
<b>Períodos (R\$ mil)</b>								
<b>7. Valor Adicionado Total a Distribuir</b>	1.981.982	1.387.257	588.753	373.148	2.922.590	1.475.211	622.141	383.159
<b>8. Distribuição do Valor Adicionado</b>	1.981.982	1.387.257	588.753	373.148	2.922.590	1.475.211	622.141	383.159
<b>8.1 Pessoal</b>	997.503	725.069	297.460	225.863	1.190.663	642.581	261.029	170.355
<b>8.1.1. Remuneração Direta</b>	904.090	655.059	259.405	164.963	1.047.306	565.398	261.029	170.355
<b>8.1.2. Benefícios</b>	31.286	23.231	15.357	10.623	54.494	27.879		
<b>8.1.3. FGTS</b>	62.127	46.779	22.698	14.458	88.863	49.304		
<b>8.1.4. Outros</b>			0	35.819				

Fonte: Dados obtidos no site da BM&FBOVESPA – demonstrações contábeis

A remuneração direta se constitui dos gastos das instituições relativos aos salários, ao 13º salário, aos honorários da administração, as férias, as comissões, as horas extras e as participações dos empregados nos resultados. Os benefícios podem ser compostos por assistência médica, planos de aposentadoria, alimentação, transporte e outros. O FGTS (Fundo de Garantia por tempo de Serviço) é compulsório e de responsabilidade exclusiva da empresa, mas constitui um benefício ao empregado.

A Gaec Educação, no exercício 2013, complementou a distribuição do valor adicionado ao segmento pessoal com R\$ 35.819, sendo: R\$ 29.177 em ações concedidas por sócios e R\$ 6.642 em bônus.

De acordo com registro efetuado em Notas Explicativas, trata-se de um programa de incentivo aos colaboradores, instituído em outubro de 2013, mas que não se repetiu no período seguinte.

Entre as instituições avaliadas, a Estacio Participações foi a que mais distribuiu recursos para o segmento pessoal, mas mesmo assim teve uma redução, passando de 47,22% em 2013 para 45,62% em 2014, a GEC Educação vem em segundo lugar com 44,06% mantendo-se praticamente estável entre os períodos. SER Educacional aparece em terceiro lugar em 2014 com uma participação de 41,96% e uma redução de 2,5% de 2013 para 2014. A Kroton aparece em último lugar com uma distribuição de 35,83% e também uma redução de 2,5% entre os períodos.

Nos quesitos Outros Benefícios e FGTS não registra-se grandes oscilações entre os períodos e também entre as instituições, mesmo porque a conta FGTS é igual para todos.

A tabela 5 demonstra os valores distribuídos pelas instituições de ensino superior ao segmento governo, este é composto pelos três níveis de governo: Federal, Estadual e Municipal. Os tributos federais aqui considerados são o IRPJ (Imposto de Renda da Pessoa Jurídica), CSLL (Contribuição social sobre o Lucro Líquido), PIS (Programa de Integração Social) e a COFINS (Contribuição para Financiamento da Seguridade Social). No âmbito estadual tem-se o ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços), quanto aos tributos municipais, o que se aplica às instituições de ensino é o ISS (Imposto sobre Serviços de qualquer natureza).

**Tabela 5.**

Distribuição do Valor Agregado do segmento Governo

<b>Instituição</b>	<b>Estácio</b>		<b>GAEC</b>		<b>KROTON</b>		<b>SER</b>	
<b>Períodos (R\$ mil)</b>	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
<b>7. Valor Adicionado Total a Distribuir</b>	1.981.982	1.387.257	588.753	373.148	2.922.590	1.475.211	622.141	383.159
<b>8. Distribuição do Valor Adicionado</b>	1.981.982	1.387.257	588.753	373.148	2.922.590	1.475.211	622.141	383.159
<b>8.2 Impostos Taxas e Contribuições</b>	294.044	233.017	60.905	50.297	350.776	206.273	56.474	30.480
<b>8.2.1. Federais</b>	185.510	154.540	43.252	38.536	247.797	155.993	20.717	6.357
<b>8.2.2. Estaduais</b>	2	1	5	6	442	257		
<b>8.2.3. Municipais</b>	108.532	78.476	17.648	11.755	102.537	50.023	35.757	24.123

Fonte: Dados obtidos no site da BM&FBOVESPA – demonstrações contábeis

Analisando a tabela 5, identifica-se a participação de cada um dos impostos em relação ao valor adicionado total a distribuir (item 7 da tabela), que representa a base 100% para fins de cálculo.

Nos dois períodos analisados, registra-se uma forte participação dos tributos federais na composição da distribuição de valores das instituições, seguidos pelos tributos municipais, em que pese todas as empresas apresentarem reduções neste segmento, não se localizou nenhum registro em notas explicativas para o ocorrido.

O próximo segmento a ser apresentado refere-se à remuneração de capitais de terceiros. Este grupo de contas representa os valores pagos aos financiadores externos de capital. Os juros, por sua vez, correspondem às despesas financeiras relativas a quaisquer tipos de empréstimos e financiamentos junto às instituições financeiras ou mesmo empresas do grupo. Os aluguéis correspondem à locação de imóveis, incluindo-se as despesas com leasing operacional. A conta “outras” deve considerar remunerações que configurem transferência de riqueza a terceiros, mesmo que originadas em capital intelectual, conforme Tabela 6.

**Tabela 6.**

Distribuição do Valor Agregado do segmento Remuneração de Capitais de Terceiros.

<b>Instituição</b>	<b>Estácio</b>		<b>GAEC</b>		<b>KROTON</b>		<b>SER</b>	
<b>Períodos (R\$ mil)</b>	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
<b>7. Valor Adicionado</b>								
<b>Total a Distribuir</b>	1.981.982	1.387.257	588.753	373.148	2.922.590	1.475.211	622.141	383.159
<b>8. Distribuição do Valor Adicionado</b>	1.981.982	1.387.257	588.753	373.148	2.922.590	1.475.211	622.141	383.159
<b>8.3 Remuneração de capitais de terceiros</b>	264.790	184.464	71.294	62.968	380.551	109.786	90.774	66.027
<b>8.3.1. Juros</b>	100.960	53.579	29.205	28.246	149.259	93.383	41.447	31.118
<b>8.3.2. Aluguéis</b>	163.830	130.885	42.089	34.722	223.244	15.366	49.327	34.909
<b>8.3.3. Outros</b>					8.048	1.037		

Fonte: Dados obtidos no site da BM&FBOVESPA – demonstrações contábeis

Ao se analisar a tabela 6, observa-se que a conta aluguéis tem a maior representatividade na composição do segmento, vindo na sequência a conta juros.

A instituição Kroton S/A registrou uma variação significativa em sua conta aluguéis, passando de 1,04% em 2013 para 7,64% em 2014, a mesma também registrou despesas com Direitos Autorais. Em relação aos aluguéis não constam registros nas notas explicativas, já os direitos autorais são provenientes de um programa da instituição chamado de PLT (Programa Livro Texto) que objetiva disponibilizar aos alunos livros a preços subsidiados. Para tanto a instituição compra os direitos autorais, aplica outra capa e disponibiliza aos alunos a preços inferiores aos de mercado.

A tabela 7 demonstra a participação da conta Remuneração de Capitais Próprios em relação ao total do DVA e quanto cada uma das instituições direcionou para este segmento nos períodos 2013 e 2014.

**Tabela 7.**

Distribuição do Valor Agregado do segmento Remuneração de Capitais Próprios.

<b>Instituição</b>	<b>Estácio</b>		<b>GAEC</b>		<b>KROTON</b>		<b>SER</b>	
<b>Períodos (R\$ mil)</b>	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
<b>7. Valor Adicionado</b>								
<b>Total a Distribuir</b>	1.981.982	1.387.257	588.753	373.148	2.922.590	1.475.211	622.141	383.159
<b>8. Distribuição do Valor Adicionado</b>								
<b>8.4 Remuneração de Capitais Próprios</b>	425.645	244.707	159.094	34.020	1.000.600	516.571	213.864	116.297
<b>8.4.1. Juros sobre o Capital Próprio</b>	0	58.118						
<b>8.4.2 Dividendos</b>							0	27.463
<b>8.4.3. Lucros Retidos/Prejuízo exercício</b>	425.645	186.589	164.897	38.360	1.000.600	516.571	0	88.834
<b>8.4.4. Participação não controlados</b>			-5.803	-4.340				

Fonte: Dados obtidos no site da BM&amp;FBOVESPA – demonstrações contábeis

Observa-se na tabela 7 que os valores distribuídos nesse segmento concentram-se na conta Lucros retidos. Todas as empresas registraram aumentos significativos, apenas a Kroton Educacional apresentou uma pequena queda, mas em valores absolutos o seu lucro apresentou um crescimento de 97% (2013 em relação a 2014), enquanto o seu valor adicionado a distribuir apresentou, no mesmo período, uma variação de 98%.

De acordo com as notas explicativas, a operação de aquisição da Anhanguera Educacional Participações S/A. foi autorizada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) em maio de 2014, assim as demonstrações contábeis já refletem os efeitos da aquisição.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As demonstrações contábeis constituem importante ferramental de análise da situação econômico-financeira de qualquer empresa, independentemente de seu porte econômico. Nas empresas de capital aberto, elas ocupam posição de maior relevância, já que existe uma série de procedimentos obrigatórios a serem cumpridos e que devem obedecer a vários normativos.

Dentre os objetivos que as demonstrações contábeis devem cumprir, podemos destacar o da transparência e prestação de contas (*Accountability*), que inclusive fazem parte dos princípios básicos da governança corporativa. Para atender tais princípios, em 2007 foi publicada a Lei nº 11.638/2007, chamada de Nova Lei das Sociedades por Ações. O propósito da lei foi de adequar a contabilidade

brasileira à IFRS – *International Financial Reporting Standards*, atendendo a necessidade de convergência às normas internacionais de contabilidade (IASB – *International Accounting Standards Board*). Tais mudanças vêm na esteira do processo de globalização econômica e consequente internacionalização das informações contábeis, proporcionando maior comparabilidade e confiabilidade, oferecendo maior precisão na análise das demonstrações das instituições nacionais com suas matrizes no exterior, criando assim uma linguagem única para medir e relatar o desempenho das empresas.

Para atender a tais mudanças, algumas instituições como: ABRASCA – Associação Brasileira das Companhias Abertas –, BM&FBOVESPA – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros –, CFC – Conselho Federal de Contabilidade –, FIPECAFI – Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras –, entre outras decidiram criar o CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis, com o propósito de dar o direcionamento, zelar pela implantação das mudanças e esclarecer as dúvidas dos usuários da contabilidade, zelando sempre pela primazia da essência sobre a forma.

Esta pesquisa concentrou o foco na análise da DVA – Demonstração do Valor Adicionado – das instituições de ensino superior brasileiras com ações negociadas em bolsa de valores, correspondentes aos períodos de 2013 e 2014. A DVA tem o propósito de demonstrar a riqueza gerada por uma empresa e sua distribuição entre os elementos que contribuíram para sua geração, como: Pessoal, Impostos, taxas e contribuições, Remuneração de capitais de terceiros e Remuneração de capitais próprios, ela evidencia o quanto de riqueza uma empresa produziu, isto é, o quanto ela adicionou de valor aos seus fatores de produção, e o quanto e de que forma essa riqueza foi distribuída.

Cabe registrar que a DVA está fundamentada em conceitos macroeconômicos, pois busca apresentar, eliminando os valores que representam dupla contagem, a parcela de contribuição que a entidade tem na formação do Produto Interno Bruto (PIB).

Aplicando a metodologia descritiva, mediante pesquisa documental de dados empíricos colhidos de fontes secundárias, disponíveis no site da BM&FBOVESPA, complementados por pesquisa bibliográfica em materiais como livros, artigos, teses, dissertações e bancos de dados disponibilizados em *sites* eletrônicos.

Importante ressaltar que o segmento educação superior do país passou por grande transformação nos últimos anos e isso foi uma das causas que levou instituições de ensino a reverem seus planejamentos estratégicos e buscarem novo posicionamento no mercado, considerando um crescimento no número de alunos, acumulado nos últimos vinte anos de mais de 314% e no número de instituições de ensino superior de 162,4% em pouco mais de uma década.

A análise dos dados está na comparação entre os períodos, ou seja, avaliar as alterações e seus reflexos, já que os dados de cada instituição selecionada guardam particularidades e precisariam considerar diversas variáveis para poder estabelecer um padrão.

Observa-se então que na distribuição dos valores adicionados, os segmentos pessoal, remuneração de capitais de terceiros e governo, apresentaram reduções no período avaliado, apenas remuneração de capitais de terceiros registrou variação positiva de 27%.

A distribuição de valores referentes à pessoal apresentou variação positiva entre todas as instituições de ensino avaliadas, destaca-se, portanto a variação apresentada pela Kroton Educacional (85,3%), que se justifica, em partes, pela fusão ocorrida com a Anhanguera Educacional S/A.

Os valores constantes na DVA, destinados ao segmento governo, correspondem aos impostos, taxas e contribuições federais, estaduais e municipais recolhidos pelas instituições de ensino. Nos dois períodos analisados, registra-se uma forte participação do governo federal, na distribuição dos valores. O direcionamento de valores aos agentes municípios é inexpressivo.

A remuneração de capitais de terceiros, que é composta por aluguéis, juros e outros, também apresentou variação positiva em todas as instituições de ensino. Destaque para as instituições Estácio e Kroton que apresentaram variações positivas de 43,5% e 246,6% respectivamente.

A remuneração de capitais próprios é composta pelas contas de lucros retidos, dividendos e juros sobre capital próprio. Neste item todas as instituições apresentaram variação positiva e destaca-se, mais uma vez, o resultado da Kroton Educacional S/A.

Independentemente de a DVA ser um demonstrativo obrigatório apenas para as empresas de capital aberto, sua elaboração e divulgação é de extrema importância para a evidência da responsabilidade social das instituições junto ao ambiente em que estão inseridas. Com a sua elaboração é possível que as instituições evidenciem o quanto proporcionaram de retorno à sociedade.

## REFERÊNCIAS

Bolsa de Mercadorias & Futuros e Bolsa de Valores de São Paulo (BM&FBOVESPA).

<http://www.bmfbovespa.com.br/>. consultado em 10/01/2016

CFC – Conselho Federal de Contabilidade. (2009) Resolução CFC 1.138/08. Aprova a NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Brasília: CFC.

Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (2009). Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa. 4ª. ed. Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. São Paulo, SP: IBGC. 73p.

Elkington, J. (1999). Cannibals with forks: the triple bottom line of 21st century business. Oxford: Capstone Publishing Limited.

Equipe de Professores da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP – universidade de são paulo. Coordenação de Sérgio Iudícibus. (2010). Contabilidade Introdutória. 11ª. ed. São Paulo: Atlas.

Gitman, Lawrence J. (2010). Princípios de Administração Financeira. 12. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall.

Lakatos, Eva Maria & Marconi e Marina de Andrade. (2008). Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. 7ª. ed. – São Paulo: Atlas.

Macedo, Marcelo Álvaro da Silva. Machado, Márcio André Veras, Machado, Márcia Reis. (2013). Análise da Relevância da Informação Contábil no Brasil x Harmonização – Revista Universo Contábil, ISSN 1809-3337, FURB, Blumenau, v.9, n. 1, P. 65-85, jan./mar.

Macedo, Marcelo Álvaro da Silva, Machado, Márcio André Veras e Machado, Márcia Reis. (2015). Análise da Relevância do conteúdo Informacional da DVA no mercado Brasileiro de Capitais. – Revista Contabilidade & Finanças - USP, ISSN 1808-057X, USP, São Paulo, v.26, n. 67, P. 57-69, jan./fev./mar./abr.

Madeira, Geová José. (2004). Harmonização de Normas Contábeis: um estudo sobre as Divergências entre Normas contábeis Internacionais e seus reflexos na Contabilidade Brasileira. Revista Brasileira de Contabilidade. Novembro/Dezembro.

Assaf Neto, Alexandre; Lima, Fabiano Guasti. (2010). Fundamentos de Administração Financeira. São Paulo: Atlas.

Souza, Alan Aparecido Siqueira; Coutinho Filho, Fernando Batista. (2007) Harmonização Internacional: um estudo sobre as dificuldades de convergência das normas contábeis brasileiras em relação às normas internacionais de contabilidade (IFRS). Disponível em <<http://www.congressosp.fipecafi.org/web/artigos72007/526.pdf>> consultado em 10/01/2016.

Tanegutti, Luiza Yoko. (2013) Relação Oferta-Demanda de Cursos de Graduação no Brasil. Projeto CNE/UNESCO 914BRZ1136.3. Disponível em <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=13948-produto-2-oferta-demanda-educ-superior-pdf-pdf&category\\_slug=setembro-2013-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13948-produto-2-oferta-demanda-educ-superior-pdf-pdf&category_slug=setembro-2013-pdf&Itemid=30192)> consultado em 10/01/2016.